O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 11 | Nº 31 | Boa Vista | 2022

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.6788202

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ESTADO DO CONHECIMENTO NAS TESES E DISSERTAÇÕES (2009-2019)

Ana Cristina dos Santos Silva[1]

Benedito Gonçalves Eugenio[2]

Resumo

Este artigo apresenta uma pesquisa do tipo estado do conhecimento realizada por meio do mapeamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) de pesquisas brasileiras que abordam as questões que se referem às relações étnico-raciais no currículo da educação básica. O recorte temporal é de 2009-2019. A pergunta a ser respondida com a pesquisa foi: Quais temáticas vêm sendo pesquisadas sobre a educação para as relações étnico-raciais no currículo da Educação Básica nos estudos realizados na pós-graduação stricto sensu no período 2009-2019? Para localizar os trabalhos, utilizamos os descritores relações étnico-raciais, currículo e educação básica e o booleano AND. Localizamos 42 trabalhos entre teses e dissertações na BDTD. Destes, 14 foram selecionados para a discussão neste artigo, por abordarem especificamente as questões relacionadas ao currículo da educação básica e as relações étnico-raciais. A discussão dos resultados demonstra que nos trabalhos analisados existe um consenso a respeito da importância da Lei 10.639/2003, que altera a lei 9394/1996 e preconiza a inclusão obrigatória da História e Cultura Afro-Brasileira desde o ensino fundamental ao ensino médio. Hegemonizou-se, ainda a ideia de que a Lei ainda não foi efetivada a contento no interior das escolas públicas brasileiras.

Palavras chave: Currículo. Educação Básica. Relações Étnico-Raciais.

Abstract

This article presents a state-of-the-knowledge survey carried out through mapping in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) of Brazilian research that addresses issues that refer to ethnic-racial relations in the basic education curriculum. The time frame is from 2009-2019. The question to be answered with the research was: What themes have been researched on education for ethnic-racial relations in the Basic Education curriculum in studies carried out in stricto sensu graduate studies in the period 2009-2019? To locate the works, we used the descriptors ethnic-racial relations, curriculum and basic education and the Boolean AND. We found 42 works among theses and dissertations in the BDTD. From these one, 14 were selected for discussion in this article, as they specifically address issues related to the basic education curriculum and ethnic-racial relations. The discussion of the results shows that in the analyzed works there is a consensus regarding the importance of Law 10.639/2003, which amends Law 9394/1996 and advocates the mandatory inclusion of Afro-Brazilian History and Culture from elementary school to high school. The idea that the Law has not yet been implemented satisfactorily within Brazilian public schools has become hegemonized.

Keywords: Basic Education. Curriculum. Ethnic-Racial Relations.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da pesquisa bibliográfica acerca das relações étnico-raciais no currículo da Educação Básica. O mapeamento foi realizado nas teses e dissertações disponibilizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A escolha por essa base de dados ocorreu por acreditarmos no potencial desse importante veículo de divulgação cientifica, uma vez que ele integra e

[1] Graduada em Pedagogia e História. Mestra e Doutoranda em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora da Rede Municipal de Ensino de Brumado (BA). E-mail para contato: anahick2006@hotmail.com

[2] Pedagogo. Doutor em Educação. Professor universitário. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail para contato: benedito.eugenio@uesb.edu.br

dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa, contribuindo para maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade em geral.

Esta pesquisa foi realizada por meio da leitura dos resumos das teses e dissertações presentes na base de dados supracitadas, em um recorte temporal de 2009 a 2019. É importante ressaltar que esse levantamento de produções acadêmicas é uma ferramenta imprescindível para que possamos, a exemplo do que nos diz Santos (2008), perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado.

Com este trabalho temos como objetivo mapear e descrever as pesquisas brasileiras que tem discutido a respeito das relações étnico-raciais no currículo da Educação Básica, especialmente por termos em nosso país a Lei 10.639/2003, que inclui no currículo a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira".

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este artigo procura responder a seguinte questão: Quais temáticas vêm sendo pesquisadas sobre a educação para as relações étnico-raciais no currículo da Educação Básica nos estudos realizados na pós-graduação stricto sensu no período 2009-2019?

A pesquisa é do tipo estado do conhecimento. Para Vosgerau e Romanowski (2014), o Estado do Conhecimento pode ser compreendida como uma modalidade de pesquisa que objetiva realizar levantamentos sobre o que se conhece acerca de determinada temática.

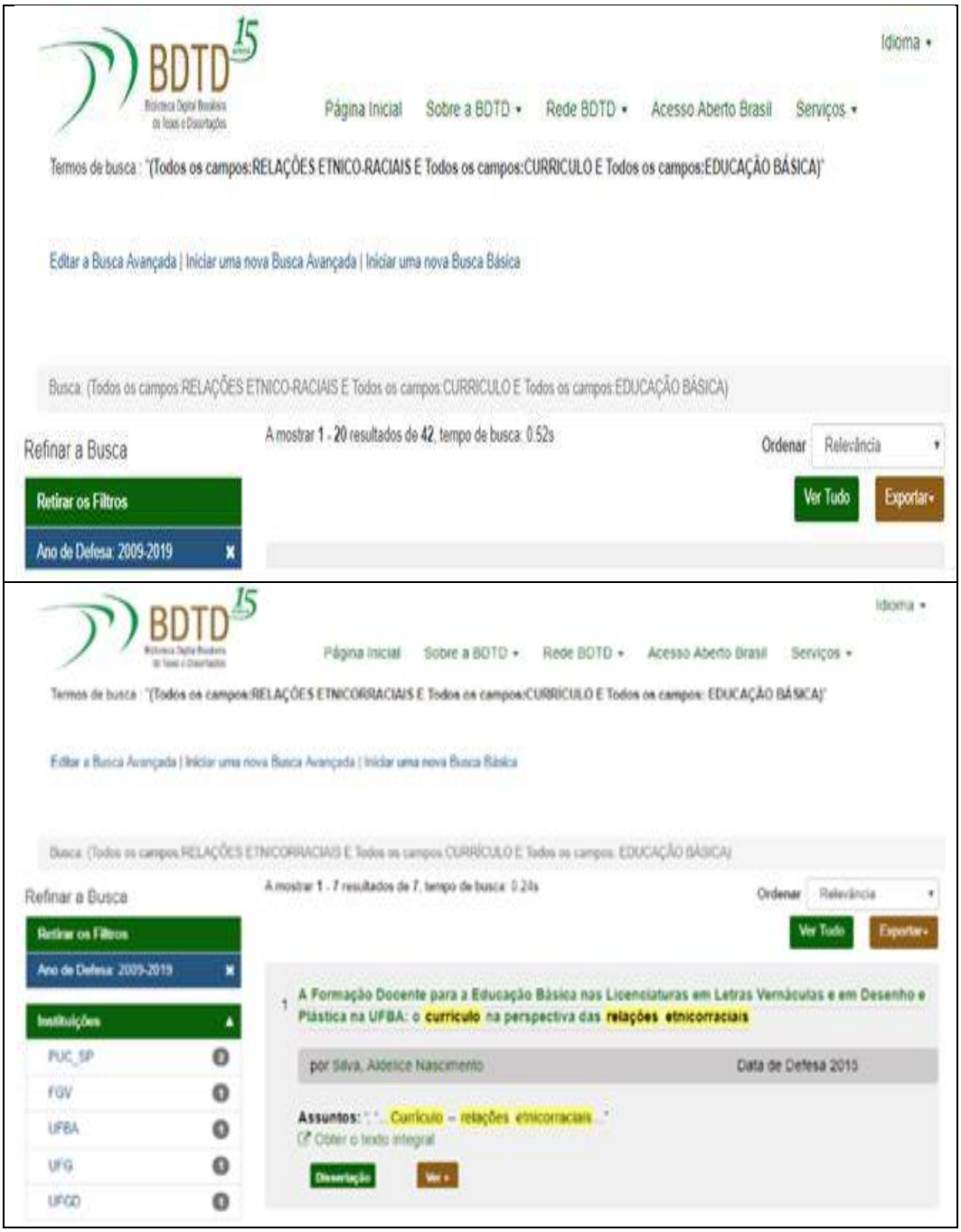
O crescimento do número de programas de pós-graduação e dos grupos de pesquisa nos últimos 15 anos ampliou também a produção científica nacional e isso demanda a realização de mapeamentos das pesquisas a fim de se verificar tendências, teorias e abordagens teóricas mais empregadas em determinadas áreas. A realização de estado do conhecimento é uma dessas possibilidades de se conhecer especificidades da produção de conhecimento. Desse modo, partindo da questão acima proposta, localizamos 42 trabalhos com os descritores: relações étnico-raciais, currículo e educação básica, que podem ser visualizados na figura 1A.

É válido destacar que ao buscarmos na base de dados com o descritor, relações étnico-raciais sem o hífen e com o mesmo recorte temporal de dez anos, 2009/2019, o resultado da busca teve um número bem reduzido de trabalhos encontrados, como pode ser observado na figura 1B.

Assim, optamos pela busca com os mesmos descritores, no entanto, com a utilização da palavra *étnico-raciais*, com hífen, pois o número de teses e dissertações encontradas foi mais significativo,

resultando em 42 trabalhos. Esses trabalhos foram organizados em uma pasta específica e dispostos por ordem numérica para melhor identificação.

Figura 1 - Site da BDTD



Fonte: <http://bdtd.ibict.br>.

Dando sequência à análise, realizamos uma leitura detalhada dos resumos de cada um dos trabalhos. Após esse procedimento, selecionamos 14 trabalhos que constituem o corpus, conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Teses e dissertações selecionadas

Autor	*Instituição*	*Título do trabalho*	*Palavras-chave*
Elaine Aparecida Mani	Universidade Estadual Paulista	A educação das relações étnico-raciais na escola: análise de políticas públicas educacionais e o enraizamento da Lei 10639/03 em uma escola pública do ensino médio e técnico	Lei 10639/03. Educação das relações étnico-raciais. Diversidade. Implementação.
Maria Helena Negreiros de Oliveira	Universidade Metodista de São Paulo	Da invisibilidade afro-brasileira à valorização da diversidade cultural: a implementação da Lei 10639/03 na Rede Municipal de São Bernardo do Campo	Educação. Legislação. Relações étnico-raciais. Trabalho coletivo. Formação de professores.
Waldete Tristão F. Oliveira	Universidade de São Paulo	Diversidade étnico-racial no currículo da Educação Infantil: o estudo das práticas educativas de uma EMEI da cidade de São Paulo	Educação infantil. Relações étnico-raciais. Currículo. Práticas educativas. Liderança.
Luiz Fernandes de Oliveira	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Histórias da África e dos africanos na escola. As perspectivas para a formação dos professores de História quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular	Lei 10639/03. Ensino de História. Formação docente. História da África. Diferença étnico-racial.
Lorene dos Santos	Universidade Federal de Minas Gerais	Saberes e práticas em Redes de Trocas**:** a temática africana e afro brasileira em questão.	História e cultura africana e afro-brasileira. Educação antirracista. Saberes e práticas escolares. Saberes e trabalho docente.
Daniele G. do Nascimento	Universidade Estadual Paulista	A Lei 10.639/03 entre a teoria e a prática escolar: história e cultura afro-brasileira e africana em uma escola no município de Franca/SP	Políticas públicas educacionais. Lei 10639/03. Multiculturalismo.
Artemio Caten	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	A prática da educação étnico-racial: um estudo da implantação da Lei Federal 10.639/03 no Paraná a partir do professor como leitor do livro didático público	Educação das relações étnico-raciais. Lei federal 10639/03. Livro didático. Professor como leitor do livro didático
Valderlei F. Leite	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Diversidade cultural e racial: desdobramentos da Lei 10639/03 nas práticas escolares do Estado de São Paulo	Lei 10639/03. Cultura afro-brasileira. Multiculturalidade.
Francisco T. Silva	Universidade de Brasília	Educação antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental no Distrito Federal: reflexões curriculares	Currículo. Educação étnico-racial. Anos iniciais. Antirracismo.
Maria F. Luiz	Universidade Federal de São Carlos	Educação das relações étnico-raciais: contribuições de cursos de formação continuada para professoras(es).	Processos educativos. Formação de professores. Práticas pedagógicas. Educação das relações étnico-raciais.
Bruna Maria Cristina da S. Mota	Universidade Estadual Paulista	Ensino de História e cultura afro-brasileira: uma análise do caderno do professor de História do ensino médio paulista	História e cultura afro-brasileira. Currículo. Caderno do professor. Ensino de História.
Adriana de O. Chagas Seabra	Universidade Estadual da Paraíba	Leitura e formação do leitor: a recepção da literatura afro-brasileira no ensino fundamental	Ensino fundamental. Leitura. Literatura afro-brasileira
Renata Batista Garcia Fernandes	Universidade Federal de Santa Catarina	No movimento do currículo: a diversidade étnico-raciais em escolas na rede municipal de ensino de Florianópolis	Educação para as relações étnico-raciais. Currículo. Práticas pedagógicas.
Kátia Evangelista Regis	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Relações étnico-raciais e currículos escolares em teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação stricto sensu em Educação no Brasil (1987-2016)	Relações étnico-raciais. Currículos escolares. População negra. Levantamento em teses e dissertações.

Fonte: Elaboração própria.

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS DISSERTAÇÕES E TESES PUBLICADAS NO PERÍODO 2009-2019

Falar em relações étnico-raciais nos impele a discutir sobre o quão complexo foi e ainda é a construção das identidades negras num país que foi construído política, cultural e economicamente a partir da dominação de um povo, sustentada por relações hierarquizadas que subjugaram uma contingente enorme de pessoas, o que inevitavelmente se reflete nas relações sociais nos dias de hoje.

Assim, as relações étnico-raciais precisam ser forjadas a partir do reconhecimento e respeito às culturas dos povos de diferentes pertencimentos étnico e raciais. Nesta perspectiva é que as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais (DCNERER) propõem:

> A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (BRASIL, 2004, p. 17).

Partindo dessa premissa, consideramos que a educação para as relações étnico-raciais busca equidade no currículo escolar, já que a diversidade racial, cultural social e econômica se coloca como uma perspectiva, não só para a população negra bem como para os indígenas, como posto nas DCNERER.

A Lei 10.639/2003 traz em seu bojo uma perspectiva de ação afirmativa que visa, ainda que de forma precária, hegemonizar ações reparadoras **à**quelas (es), que, sistematicamente, tiveram (têm) direitos sociais, econômicos e culturais subtraídos, como educação, saúde, lazer, entre outros. Além de buscar reconhecimento e valorização da história e cultura africana, como a própria temática expressa (BRASIL, 2003).

É válido destacar que a Lei 10.639/2003 surge de demandas do Movimento Negro que desde a década de 1980 vem se articulando, reivindicando e provocando o Estado brasileiro para a inserção de políticas públicas de educação que atendessem a população negra. Movimento esse que surgiu a partir de demandas não atendidas, que a partir de então criam cadeias de equivalências para a consecução de tal fim.

A aprovação da Lei 10.639/2003 pode ser considerada como um dos maiores resultados da articulação entre o Movimento negro e o Estado. De acordo com Gomes (2017), o Movimento Negro é um importante ator político que constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pela

população negra ao longo dos anos da história sociopolítica, cultural e educacional brasileira, o que nos leva a inferir que por isso mesmo, ele é um produtor de discursos.

Estamos chamando de Movimento Negro as diferentes formas de organização e articulação de negras (os) que se posicionam politicamente contra o racismo na sociedade brasileira. Essas organizações podem se constituir de grupos políticos, acadêmicos, religiosos, culturais, dentre outros, tendo como objetivo a superação do racismo e o rompimento de barreiras racistas que impeçam a população negra de ocupar diferentes espaços na sociedade (GOMES, 2017).

Após a aprovação da 10.639/2003, cabe interrogar quais reflexos ela produz, por exemplo, no contexto da prática no interior das instituições escolares, uma vez que as políticas podem sofrer recontextualizações ao chegarem a esses espaços. Destacamos ainda que algumas demandas surgiram após a sua aprovação, a exemplo da formação continuada dos educadores para que desenvolvessem atividades relacionadas às relações étnico-raciais.

Demandas como essas foram ou tem sido atendidas pelos sistemas de ensino? Essa é uma tarefa que não pode ser considerada como fácil, pois:

> Até a década de 1970 os currículos de formação baseavam-se no modelo da racionalidade técnica, instrumentalizando os docentes para o emprego de teorias e técnicas que deveriam resolver os problemas da prática. É só a partir dos anos 1980 que as questões políticas e sociais passam a ser vistas como importantes no processo de formação. Posteriormente, a partir dos anos 1990, outras questões passam a fazer parte, de forma mais contundente, das discussões sobre formação de professores: saberes docentes, pensamento do professor, trabalho docente e sua relação com a política educacional, relações de gênero e sexualidades, relações étnico-raciais, dentre outros (EUGÊNIO; SANTANA, 2018, p. 59)

Desse modo, muitas questões perpassam as políticas e por isso mesmo, não usaremos aqui o termo *implementação* da lei, exceto em citações de outros autores, pois para Ball (1994), as políticas curriculares são expressas em textos e discursos que devem ser percebidas como indissociáveis. A política é, ao mesmo tempo, texto e discurso.

Apresentamos, a seguir, uma síntese da abordagem das relações étnico-raciais no currículo presente em cada trabalho.

Mani (2018), com o trabalho *A educação das relações étnico-raciais na escola: análise de políticas públicas educacionais e o enraizamento da lei 10.639/03 em uma escola pública de ensino médio e técnica do interior de São Paulo*, analisa a implementação, enraizamento e aplicabilidade da Lei 10.639/2003, em uma escola de São Paulo, observando se isso se traduz na prática pedagógica, bem como busca identificar quais são as principais dificuldades e desafios encontrados por professores e gestores para essa implementação. Após essa análise, a autora procedeu à construção de uma proposta

de intervenção que pudesse servir de modelo de ação para a escola avaliada e para as demais escolas que ainda não conseguiram implementar a Lei 10.639/2003 ou que a implementam com dificuldade.

Luiz (2013) buscou investigar mudanças nas práticas pedagógicas de professore/as a partir de cursos de formação referentes à temática étnico-racial, ressaltando a contribuição ou não desses cursos para a mudança da prática dos docentes.

A respeito da nossa formação, tanto como cidadãos, como professores, Munanga (2005) já nos alertava que:

> Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade (MUNANGA, 2005, p.15).

Ainda tratando sobre a formação de professores, Oliveira (2011) analisou como estas tem contribuído para a discussão do papel da escola em relação à implementação da Lei 10639/03. A pesquisadora constatou que os processos de formação em suas diferentes modalidades podem ser importantes para o desenvolvimento de trabalhos significativos no que se refere à educação para as relações étnico-raciais. A dissertação de Fernandes (2011): *No Movimento do currículo, a diversidade étnico-racial em escolas na rede municipal de ensino de Florianó*polis, também trata sobre o trabalho pedagógico relacionado a Educação das as relações étnico-raciais (ERER), constatando as fragilidades e dificuldades relacionadas a formação e o pouco tempo destinado ao planejamento.

A tese *Histórias da África e dos africanos na escola: As perspectivas para a formação dos professores de História quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular,* de Oliveira (2010), investigou as tensões e desafios postos a formação dos professores de História bem como o conhecimento destes sobre as questões mobilizadas pela Lei 10.639/03, buscou ainda, identificar e analisar as ações do Estado brasileiro e do movimento negro nos processos de formulação e implementação desta legislação. Esse movimento empreendido pelas pesquisadoras (es) nos conduz a inferir que:

> Ao alinharmos políticas curriculares às políticas de formação, observamos que estas se dão como produções num espaço "entre", borrado, que deslineariza e abala noções fixas de currículo e formação, mas observam o movimento fluido e entrecruzado de produção contingente e concomitante. Isso implica superar leituras casualísticas tanto de um quanto de outro ou uma suposta sequenciação dessas políticas – o que vem primeiro – currículo ou formação? Nossa defesa é de que se produzem em movimentos argumentativos que, ao defenderem a necessária

> mudança curricular para qualificar a formação ou mudarem a formação para suportar mudanças curriculares, incidem em deslocamentos discursivos que operam processos de significação outra, tanto para o currículo como para a formação, numa luta política pela hegemonia dessas significações produzidas (FRANGELLA; OLIVEIRA, 2017, p. 22).

Desse modo, outras leituras a respeito do enraizamento da lei nos espaços escolares ainda permanecem como uma barreira a ser rompida.

Oliveira (2017), em sua pesquisa de doutorado realizada em uma escola municipal de educação infantil no estado de São Paulo (EMEI), investigou a respeito da introdução da diversidade étnico-racial no currículo da educação infantil e em que medida essa proposta curricular se relaciona às práticas educativas com as crianças. É um trabalho de salutar relevância, uma vez que a lei 10.639/2003 nos informa que o papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e da aprendizagem.

Com o trabalho *Leitura e formação do leitor: a recepção da literatura afro-brasileira no ensino fundamental*, Seabra (2015) nos traz uma informação que merece a atenção de futuros pesquisadores, qual seja, a importância de pesquisas sobre as relações étnico-raciais no ensino de literatura na escola. Destacamos a relevância desses trabalhos considerando que estudos apresentados evidenciam o fato de o sistema formal de educação ser desprovido de elementos propícios à identificação positiva de alunos negros com o sistema escolar. Estes estudos demonstram a necessidade de uma ação pedagógica de combate ao racismo e aos seus desdobramentos, tais como preconceito e discriminação étnicos. Eles podem estar ocorrendo no cotidiano escolar, provocando distorções de conteúdo curricular e veiculando estereótipos étnicos e de gênero, entre outros, por intermédio dos meios de comunicação e dos livros didáticos e paradidáticos. (CAVALLEIRO, 1998).

Por isso mesmo, destacamos a relevância do trabalho pedagógico para a inserção da educação para as relações étnico-raciais no interior das nossas escolas, pois,

> é cada vez mais presente a necessidade de romper com o caráter homogeneizador da escola, concebendo-a como um espaço de cruzamento de culturas. Assim, abrir a sala de aula para o trabalho com a diversidade cultural e as diferenças parece constituir um dos grandes desafios da escola na atualidade, tendo em vista a necessidade do desenvolvimento de práticas pedagógicas direcionadas ao trabalho com as relações etnicorraciais (EUGÊNIO *et al.*, 2016, p. 589).

Questões relacionadas especificamente à Lei 10.639/03 e análise do livro didático de História também são destaque nos trabalhos selecionados. Ressaltamos que em grande parte das teses e dissertações o interesse das pesquisas baseia-se especificamente em compreender ou analisar como tem sido a efetivação (ou não) da lei nas escolas investigadas, trazendo questionamentos a respeito da sua consolidação ou invisibilidade no currículo escolar.

Caten (2010) na pesquisa *A prática da educação étnico-racial: um estudo da implantação da Lei Federal 10.639/03 no Paraná a partir do professor como leitor do livro didático público*, constatou que as ações decorrentes da lei ainda são restritas porque a formação dos professores para a reeducação das relações étnico-raciais apresenta limites. Através das entrevistadas realizadas, o autor constatou ainda a existência de um plano fragmentado para a implementação da lei.

A pesquisa de Santos (2010), *Saberes e práticas em redes de trocas: a temática africana e afro-brasileira em questão*, apesar de também investigar e mapear as práticas docentes relacionadas à Lei 10.639/03, diferencia-se das demais por investigar ainda os saberes escolares, identificando que estes são atravessados pela dimensão axiológica, além das relações de poder que atravessam a recepção à lei em questão.

Ainda investigando a respeito da lei, temos o trabalho de Nascimento (2018), *A Lei 10.639/03 entre a teoria e a prática escolar: História e cultura afro-brasileira e africana em uma escola no município de Franca/SP* e o trabalho de Leite (2010), *Diversidade cultural e racial: desdobramentos da Lei 10.639/03 nas práticas escolares do estado de São Paulo*, que investigam a implantação da referida lei nas escolas paulistas.

Observamos que dentre as pesquisas localizadas dentro do período analisado, após 15 anos da promulgação da Lei 10.639/03, os estudos apontam que ela de fato ainda não foi cumprida no interior das nossas escolas e nas práticas escolares e docentes. Esses dados nos levam a inferir que essa ação é complexa e não envolve apenas a atuação dos educadores em suas salas de aula, já que "os praticantes do currículo trazem histórias, experiências, valores e propósitos a partir dos quais leem os textos políticos e isso também implica lutas por hegemonizar determinadas leituras" (LOPES; MACEDO, 2011, p. 259).

O trabalho de Silva (2013), *intitulado Educação antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental no Distrito Federal: reflexões curriculares* investigou como a educação para as relações étnico-raciais é pensada e materializada no currículo praticado pelos professores, constatando que coexistem duas concepções de currículo no que se refere ao trabalho com as questões étnico-raciais nos anos iniciais da rede pública de ensino do Distrito Federal: uma baseada no currículo festivo e outra baseada no currículo antirracista.

Em contraponto, temos a dissertação de Mota (2014), que analisa o caderno de História do professor dos anos finais do Ensino Médio, término da educação básica. Com o título *Ensino de história e cultura afro-brasileira: uma análise do caderno do professor de História do ensino médio público paulista*, ela explora as concepções de currículo ali presentes e constata que apesar de existir um reconhecimento acerca da herança cultural e histórica africana, esse reconhecimento não é traduzido de

forma prática nos conteúdos ali elencados. Desse modo, tanto o trabalho de Mota quanto o de Silva, nos levam a inferir que:

> Aquilo que os estudantes têm a oportunidade de aprender envolve a seleção de um objeto de estudo, tal como ele é apresentado, assim como a exclusão de outros objetos. Os estudantes aprendem tanto a partir das oportunidades excluídas quanto a partir daquelas que são fornecidas. Mas eles aprendem diferentes coisas dependendo da ausência ou presença de um determinado objeto; esta distinção é importante. Uma tarefa para o estudo do currículo, nessa visão, consiste em descobrir por que e como oportunidades são fornecidas e por que outras oportunidades são deixadas de lado. O currículo é, em parte, um estudo daquilo que é valorizado e priorizado, assim como daquilo que é desvalorizado e excluído (CHERYHOLMES, 1993, p. 146).

Inclusão e exclusão se entrecruzam no currículo e este, entendido por nós como texto e discurso tem muito a nos dizer, especialmente no que diz respeito a nossa pesquisa.

No que se refere à abordagem metodológica, a pesquisa qualitativa está presente em todos os trabalhos e a análise de conteúdo é predominante no que diz respeito à organização dos dados. Cabe ressaltar ainda que dos 14 trabalhos selecionados, 09 deles são dissertações e 05 são teses. Nem todos os trabalhos explicitam o referencial teórico e os autores que subsidiaram a análise dos dados. Identificamos que apenas Seabra (2015) e Fernandes (2011) abordam os conceitos e autores utilizados nas análises.

No que tange ao referencial teórico utilizado nas dissertações e teses, estudos culturais e multiculturalismo são os mais empregados pelos autores dos trabalhos analisados. O currículo é abordado, na grande maioria, por meio de autores da teoria crítica, a exemplo de Silva (2004), Apple (1995), Sacristán (2002).

Quanto à caracterização metodológica das pesquisas, elas são denominadas como bibliográficas, exploratórias ou estudo de caso. Para a coleta de dados tem prevalência a entrevista semiestruturada, seguida de observação, questionários e grupo focal.

A maior incidência de pesquisas sobre as relações étnico-raciais e o currículo da educação básica está na região sudeste, a que possui o maior número de programas de pós-graduação, seguida do sul. Levantamentos de pesquisas sobre as relações étnico-raciais e currículo ainda está por ser realizada. Identificamos que Coelho; Regis; Silva (2020), Coelho; Oliveira Junior (2020), Coelho; Conceição (2020) e Souza; Santos; Azevedo (2020) mapearam artigos em periódicos e teses/dissertações do norte e nordeste, de forma não exaustiva, apontando elementos que demandam maiores investigações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar as produções que tratam das relações étnico-raciais no currículo da educação básica é o que dá sentido a este trabalho, especialmente por esta ser uma temática que ainda sofre tensões e

enfrenta desafios das mais variadas ordens, desde a formação de professores à resistência para efetivação da educação das relações étnico-raciais.

A análise dos trabalhos localizados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, num recorte temporal de dez anos (2009/2019) nos possibilita inferir que, apesar de um tempo significativo da existência de políticas curriculares em nível nacional sobre as relações étnico-raciais, ainda são insuficientes as iniciativas para que a cultura, a valorização das intelectuais negras (os) e o respeito às diferenças de fato sejam traduzidas na esfera micro, seja no contexto da produção de texto ou contexto da prática.

De acordo com os trabalhos analisados, a promulgação da lei ainda não garantiu o que de fato objetivava, fato esse ocasionado pelos mais diversos motivos, como por exemplo, a ausência de material didático atualizado sobre a temática, falta de informação, de conhecimento e de metodologia de trabalho (formação continuada ou capacitação), resistência dos alunos, "assunto delicado", engessamento dos planos de curso (currículo) e falta de liberdade na elaboração dos Planos de Trabalho, a ausência de trabalho interdisciplinar, entre outros, como pontuado no trabalho de Mani (2018).

Há que se destacar, porém que apesar de todos os trabalhos analisados coadunarem com a perspectiva de importância que a lei 10.639/2003 e suas diretrizes representam para a educação das relações étnico-raciais no espaço escolar e que evidentemente reverberam na sociedade de modo geral, eles indicam também que existe uma distância peremptória entre o fazer e o acontecer após a aprovação da lei, no entanto não podemos desconsiderar a sua importância, levando em consideração que ela não surgiu através de uma benesse do Estado para com a população negra, ao contrário, como pudemos constatar, ela surgiu após a articulação de demandas de campos diversos que se antagonizaram com um discurso hegemônico e um ideário de educação sustentado pela ideia do eurocentrismo, onde apenas uma cultura era valorizada, neste caso, a europeizada.

Cabe, pois, interrogarmos a respeito das lacunas que ainda persistem após esse período de aprovação da lei bem como buscar, ainda que precariamente, estratégias que possam fixar outros sentidos no campo da discursividade que sejam capazes de combater o discurso e as práticas racistas que ainda assolam a nossa sociedade e a lei é sem dúvidas uma ferramenta potente para a desconstrução de tais práticas, ainda que não pretendamos que ela seja tomada como fundamento único, assim como todo discurso ela também abre espaço para a problematização e construção de outros sentidos.

Desse modo, constatamos que é hegemônica a ideia de polarização entre a *efetivação e/ou enraizamento* e *implementação* da lei, demonstrando que os trabalhos analisados respondem a um problema sempre a partir dessas mesmas perspectivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP003/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

CATEN, A. **A prática da educação étnico-racial**: um estudo da implantação da Lei Federal 10.639/03 no Paraná a partir do professor como leitor do livro didático público (Dissertação de Mestrado em Educação). Cascavel: UNIOESTE, 2010.

CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 1998.

CHERYHOLMES, C. H. "Um projeto social para o currículo: Perspectivas Pós- estruturais". *In*: SILVA, T. T. (org.). **Teoria educacional crítica em tempos modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

COELHO, W. N. B.; BRITO, N. J. C. "Dez anos da lei n. 10.639/2003 e a formação de professores e relações raciais em artigos (2003/2013): um tema em discussão". **Práxis Educacional**, vol. 16, 2020.

COELHO, W. N. B.; REGIS, K. E. ; SILVA, C. A. F. "Significações sobre a ERER: uma análise de publicações em periódicos da Educação (2015-2019)". **Teias**, vol. 21, n. 62, 2020.

COELHO, W. N. B.; OLIVEIRA JUNIOR, W. B. "ERER e escola básica: produções em teses, dissertações e artigos (2014-2018)". **Humanidades & Inovação**, vol. 7, 2020.

CONCEICAO, M. S.; COELHO, W. N. B. "A discussão das relações étnico-raciais nos programas de pós-graduação em educação da região nordeste (2009-2016)". **Cadernos de Pesquisa**, vol. 4, 2020.

EUGÊNIO, B; SANTANA, F. "Relações étnico-raciais e o trabalho com a Lei 10.639/03: análise de uma experiência com formação docente". **Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 1, 2018.

FERNANDES, R. B. G. **No movimento do currículo, a diversidade étnico-racial em escolas na rede municipal de ensino de Florianópolis** (Dissertação de Mestrado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2011.

FRANGELLA, R.C.P; OLIVEIRA, M.E.B (orgs.). **Currículo e formação de professores**: sobre fronteiras e atravessamentos. Curitiba: CRV, 2017

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

LEITE, V. F. **Diversidade cultural e racial:** desdobramentos da Lei 10639/03 nas práticas escolares do Estado de São Paulo (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) São Paulo: PUC-SP, 2010.

LOPES, A; MACEDO, E. "Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de Currículo". *In:* BALL, S. J.; MAINARDES, J. (orgs). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

LUIZ, M. F. **Educação das relações étnico-raciais**: contribuições de cursos de formação continuada para professoras(es) (Dissertação de Mestrado em Educação). São Carlos: UFSCar, 2013.

MANI, E. A. **Educação das relações étnico-raciais na escola**: análise de políticas públicas educacionais e o enraizamento da Lei 10.639/03 em uma escola pública do Ensino Médio e Técnica do interior de São Paulo (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas). Franca: UNESP, 2018.

MOTA, B. M. C. S. **Ensino de história e cultura afro-brasileira**: uma análise do caderno do professor de história do ensino médio público paulista (Dissertação de Mestrado em Educação). Marília: UNESP, 2014.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

NASCIMENTO, D. G. **A Lei 10.639/03 entre a teoria e a prática escolar**: história e cultura afro-brasileira e africana em uma escola no município de Franca/SP (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas). Franca: UNESP, 2018.

OLIVEIRA, L. F. **Histórias da África e dos africanos na escola**. As perspectivas para a formação dos professores de História quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular (Tese de Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: PUC Rio, 2010.

OLIVEIRA, M. H. N. **Da invisibilidade afro-brasileira à valorização da diversidade cultural**: a implementação da Lei 10639/03 na Rede Municipal de Ensino de São Bernardo do Campo (Dissertação de Mestrado em Educação). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, O. V. "Movimento comutativo da política de currículo: O caso da escola Sarã". **Revista de Educação Pública**, vol. 17, n. 33, 2008.

OLIVEIRA, W. T. F. **Diversidade étnico-racial no currículo da Educação Infantil**: o estudo das práticas educativas de uma EMEI da cidade de São Paulo (Tese de Doutorado em Educação). São Paulo: USP, 2017.

REGIS, K. E. **Relações etnicorraciais e currículo em teses e dissertações nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação – Brasil (1987-2006)** (Tese de Doutorado em Educação). São Paulo: PUC-SP, 2009.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SANTOS, L. **Saberes e práticas em Redes de Trocas**: a temática africana e afro brasileira em questão (Tese de Doutorado em Educação). Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SEABRA, A. O. C. **Leitura e formação do leitor**: a recepção da literatura Afro-brasileira no ensino fundamental. 130f. Dissertação (Mestrado em Letras). Campina Grande: UEPB, 2015.

SILVA, F. T. **Educação antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental no Distrito Federal:** reflexões curriculares (Dissertação de Mestrado em Educação). Brasília: UnB, 2013.

SOUZA, E. Q. ; SANTOS, A. R. ; AZEVEDO, L. S. "Relações étnico-raciais e educação: o estado do conhecimento a partir de quatro periódicos das regiões norte-nordeste". **Revista Tempos e Espaços em Educação**, vol. 13, 2020.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. "Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas". **Revista Diálogo Educacional**, vol. 14, n. 41, 2014.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 11 | Nº 31| Boa Vista |2022

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima